

**A. I. N°** - 039300.0610/04-5  
**AUTUADO** - TELEQUIPE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.  
**AUTUANTES** - SILVIO CHIAROT DE SOUZA E HERMANO JOSÉ TAVARES  
**ORIGEM** - IFMT – DAT/SUL  
**INTERNET** - 17/02/2005

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF N° 0024-01/05**

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Restou comprovado que o equívoco foi praticado pela Inspetoria Fazendária do domicílio fiscal do contribuinte, ao cancelar a inscrição de forma irregular. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 04/06/2004, exige ICMS no valor de R\$531,70, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedente de outra unidade da Federação, por contribuinte com inscrição estadual cancelada.

O autuado apresentou defesa, à fl. 33, ressaltando que tem mais de 10 (dez) anos que funciona no mesmo endereço, localizada visualmente através do letreiro com o nome “TELEQUIPE”, sendo fácil localizar a empresa, portanto, não concorda com o fiscal que cancelou a inscrição por não ter localizado o contribuinte.

Ao finalizar, requereu pela improcedência da autuação.

Na informação fiscal, fls. 36/37, a auditora designada acatou os argumentos defensivos, uma vez que constatou que o equívoco foi praticado pela INFAZ/IGUATEMI, ao cancelar irregularmente a inscrição do autuado.

Ao finalizar, opinou pela improcedência do Auto de Infração.

**VOTO**

Analisando os elementos que instruem o PAF, contatei que a Notas Fiscais n°s 071580 e 071595, foi emitida em nome da autuada, sendo as mercadorias apreendidas, pois o contribuinte encontrava-se com sua inscrição cancelada, conforme extrato do INC-Informações do Contribuinte - Dados Cadastrais.

Em sua defesa o autuado informa que tem mais de 10 (dez) anos que funciona no mesmo endereço, tendo inclusive um letreiro com sua identificação. A auditora designada ao prestar a informação fiscal acatou os argumentos, além de contatar que a INFAZ/IGUATEMI reconheceu que cancelou irregularmente a inscrição, tendo providenciado a reinclusão de ofício da referida inscrição no mesmo endereço.

Logo, entendo que o autuado não pode ser penalizado em função do equívoco praticado pela Inspetoria Fazendária do domicílio fiscal do contribuinte, ao cancelar a inscrição de forma irregular, assim voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **039300.0610/04-5**, lavrado contra **TELEQUIPE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de fevereiro de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR